

Processo nº 1/161/2015
Julgamento nº _____ / _____



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

AUTUADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS HORIZONTAL LTDA
C.G.F. 06.318.265-3
ENDEREÇO: GAL OSÓRIO DE PAIVA, CANINDEZINHO FORTALEZA- CE
PROCESSO: 1/161
AUTO DE INFRAÇÃO: 1/201415793-2

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO DO ICMS. Provado nos autos a configuração do ilícito tributário. Inexistência de prova correspondente ao recolhimento do imposto em favor do Estado do Ceará. **Dispositivos infringidos:** artigos 73,74 do Decreto 24.569/97. **Penalidade:** aplicada ao caso, a disposta no artigo 123, inciso, I, alínea "d" da Lei nº 12.670/96, alterada pela Lei nº 13.418/03. **AUTUAÇÃO PROCEDENTE - AUTUADO REVEL.**

Julgamento n. 1024 / 15

Trata o presente Processo Administrativo Tributário da seguinte acusação fiscal:

"Falta de recolhimento na forma e nos prazos regulamentares quando as operações e prestações e o imposto a recolher estiverem regularmente escriturados. A empresa deixou de recolher o ICMS substituição tributária nas entradas internas, declarado na DIEF,

Processo nº 1/161/2015
Julgamento nº 1094/15

referente ao mês de abril e maio de 2010, no valor de R\$ 874,39 e R\$ 923,48 respectivamente."

Crédito Tributário:

ICMS: R\$ 1.797,87 e MULTA: R\$ 898,94

Foram apenso os seguintes documentos ao processo : Informações Complementares, Mandado de Ação Fiscal n. 2014.28471, Termo de Início de Fiscalização n° 2014.27519, Termo de Intimação n° 2014.27529, Termo de Conclusão n° 2014.29797, Aviso de Recebimento.

Transcorrido o prazo legal, não havendo manifestação por parte do Contribuinte, lavrou-se o competente Termo de Revelia às fls. 15.

Dispositivo infringido: Art. 73 e 74 do Decreto nº 24.569/97. Penalidade: Art. 123, I, "d" da Lei nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/2003.

É o relatório.

Fundamentação:

O auto de Infração em questão acusa a empresa **COMERCIAL DE ALIMENTOS HORIZONTAL LTDA**, deixar de recolher o ICMS na forma e nos prazos regulamentares.

A matéria de que se cuida - **ICMS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS** - encontra-se claramente disciplinada na Lei nº. 12.670/96 e no RICMS, a seguir reproduzidos:

Art. 73. O imposto, inclusive multas e acréscimos legais, será recolhido preferencialmente na rede bancária do domicílio fiscal do contribuinte, na forma disposta em Manual do Sistema de Arrecadação, baixado pelo Secretário da Fazenda.

Art. 74. Ressalvados os prazos especiais previstos na legislação tributária, o recolhimento far-se-á:

I - até o vigésimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, por estabelecimento industrial ou agropecuária;

II - até o décimo dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, para os demais contribuintes inscritos;

III - até o quinto dia do mês subsequente àquele em que ocorrer a entrada da mercadoria, nos casos em que a legislação exija a emissão da nota fiscal de entrada;

IV - no momento da expedição de documento fiscal avulso;

V - antes da saída da mercadoria ou bem da repartição em que se processar o despacho, o desembaraço aduaneiro ou realizar-se o leilão, por importador ou arrematante;

VI - no momento da ocorrência do fato gerador, nos demais casos.

Destarte, concluído o reexame do feito, vê-se que o procedimento do qual resulta o auto de infração não padece de qualquer vício que possa invalidá-lo, restando a infração à legislação tributária do ICMS perfeitamente caracterizada em que se aplica ao autuado a penalidade do art. 123, I, "c" da Lei nº 12.670/96, sem prejuízo do lançamento do imposto, como bem consta do auto de infração.
Verbis:

Art. 123. ...

I - com relação ao recolhimento do ICMS:

d) falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos regulamentares, quando as operações, as prestações e o imposto a recolher estiverem regularmente escriturados : multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido.



Segue aqui o demonstrativo do crédito:

ICMS.....	R\$ 1.797,87
Multa.....	R\$ 898,94
Total.....	R\$ 2.696,81

Decide-se.

Ante o exposto, pela PROCEDÊNCIA do auto de infração nos termos aqui examinados, intimando o contribuinte para no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta decisão, a recolher ao Fisco cearense a quantia de R\$ 2.696,81 (dois mil seiscentos noventa seis reais e oitenta hum centavos) e os demais acréscimos legais ou, em igual prazo, interpor recurso para o Conselho de Recursos Tributários.

Célula de Julgamento de 1ª Instância, 20 de abril de 2015.

Silvana Carvalho Lima Petelinkar
Julgadora Administrativo-Tributária